

A CESSAÇÃO DO DEVER DE PRESTAR ALIMENTOS

Lucas Rosa Monteiro

I. INTRODUÇÃO



A cessação do dever de prestar alimentos é um tema pouco estudado pelos autores brasileiros. Há alguma dificuldade em se encontrar trabalhos científicos que tratem deste assunto de maneira central. Quase sempre é relegado a pano de fundo de uma discussão de outra natureza, não propriamente as causas de extinção da obrigação alimentar. Ademais, em alguns cursos e manuais de direito civil, a matéria é praticamente tangenciada.

A sua importância é evidente e pode ser inferida diariamente da prática forense. Nas varas de família, são inúmeros os pedidos de alimentos e exoneração da pensão. Caso presente uma causa de cessação do dever de prestar alimentos, o pleito de alimentos pode ser julgado improcedente e o de exoneração, procedente. O exame próprio dessas causas traria maior segurança ao sistema. Em alguns casos, não se sabe ao certo se o devedor de alimentos estará exonerado da pensão, ou mesmo se um indivíduo pode ser demandado a prestar alimentos para outra pessoa. Além disso, algumas situações do Código Civil, como a transmissibilidade da obrigação com a morte do alimentante, geram dúvidas ao aplicador da norma. Tais motivos, por si só, justificam o estudo sistemático das situações que au-

torizam, ou não, a cessação de tal dever.

Para analisar o término da obrigação de prestar alimentos, é necessário traçar um panorama geral sobre ela no sistema jurídico, compreendendo as suas premissas e os seus fundamentos. Com a exposição das principais classificações da obrigação alimentar, torna-se possível delimitar o tema e entender algumas situações na legislação. Em seguida, um breve cenário sobre a disciplina do dever alimentar no Código Civil vigente e as espécies diversas de alimentos no âmbito das relações familiares, foco central desse trabalho.

Com base nessas premissas, acredita-se na possibilidade de analisar as principais causas de cessação da obrigação alimentar apontadas na legislação, na jurisprudência e na doutrina, a fim de verificar se o pretendo devedor de alimentos estará liberado de maneira temporária ou definitiva do seu dever. Tal análise deve levar em conta o contexto histórico do direito de família na qual a causa de insere, como será abordado adiante.

II. A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR: ASPECTOS GERAIS

Yussef Said CAHALI ensina que o ser humano, desde o momento da concepção, por sua estrutura e natureza, é um ser carente por excelência. Quando se encontra no útero materno, ou após deixá-lo, tem uma ínsita incapacidade de produzir os meios necessários à própria manutenção. É essa dependência que faz com se lhe reconheça, por um princípio da natureza inquestionável, o direito superior de ser alimentado pelos responsáveis pela sua geração. Da mesma forma, é incontroverso que essa reponsabilidade persista durante todo o período de desenvolvimento físico e mental do ser gestado.

Prossegue o referido autor explicando que, alcançado o desenvolvimento pleno, o ser humano adulto passa a ser responsável por sua subsistência. Nesse momento, deveria cessar para ele o direito de pedir alimentos a quem quer que seja. No

entanto, existem situações extraordinárias da vida, temporárias ou permanentes, que colocam o ser humano adulto em condição de dependência e impossibilidade de prover o seu próprio sustento. Exemplos dessas circunstâncias são as doenças, a inabilitação para o trabalho e a idade avançada.

Para o mencionado civilista, auxiliar o próximo em condição de necessidade é um dever moral, afinal, a caridade é uma simples virtude do ser humano. Porém, um conteúdo mínimo desse dever moral é transformado pela lei em dever civil, o que corresponde à noção de *obrigação alimentar*. O dever de assistência em prol do necessitado, ao longo da história, deixou de ser apenas um imperativo moral de solidariedade humana para se tornar uma obrigação jurídica, prevista em lei e com requisitos próprios.¹

Washington de Barros MONTEIRO aduz que o indivíduo tem o direito de conservar a própria existência, a fim de realizar seu aperfeiçoamento moral e espiritual. Em regra, o indivíduo capaz deve buscar tal objetivo mediante os recursos materiais obtidos com o seu próprio esforço. Mas, em decorrência de motivos diversos da vida, como a idade avançada, a doença, a falta de trabalho ou qualquer incapacidade, pode não ter condições de obter os meios necessários à subsistência. Nessas hipóteses, cabe ao sujeito necessitado recorrer aos membros mais próximos de seu organismo familiar. Aos mais desafortunados, por sua vez, resta somente o caminho da caridade.²

Com base nessas premissas, é possível verificar que as necessidades materiais são uma constante na vida de qualquer ser humano, pois os recursos materiais são essenciais para sua manutenção. Na realidade, compreendendo o próprio fenômeno da vida de forma mais ampla, os recursos de tal natureza são imprescindíveis para a conservação de vida de qualquer ser

¹ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos*, 6ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009, p. 29-30.

² Cf. MONTEIRO, Washington de Barros, *Curso de Direito Civil – Direito de Família*, vol. 2, 41ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011, p. 521.

vivo. A vida, por uma simples questão empírica, é invariavelmente inviável na ausência de recursos mínimos. E disso decorre uma primeira concepção de alimentos em *sentido vulgar*, entendidos como tudo aquilo *que serve à subsistência animal*, nas palavras de PONTES DE MIRANDA.³

Trabalhando sobre essa ideia, CAHALI afirma que, em *linguagem técnica*, bastaria acrescentar a esse conceito a noção de uma *obrigação*, fundada em uma causa jurídica com previsão em lei, imposta a alguém de prestá-los a quem deles necessita. Alimentos seriam, pois, “as *prestações devidas*, feitas para aquele que as recebe possa subsistir, isto é, manter sua existência, realizar o direito à vida, tanto física (sustento do corpo) como intelectual e moral (cultivo e educação do espírito, do ser racional)”. Não se olvida, porém, da *acepção plúrima* da palavra alimentos no *plano jurídico*, compreendendo não somente a *obrigação* de prestá-los, como também os *componentes* da prestação dessa obrigação.⁴

Usando como ponto de partida essa primeira aproximação do instituto, é possível extrair algumas conclusões. O ser humano, assim como qualquer ser vivo, é dependente de recursos materiais ao longo de toda a sua vida. O ser humano adulto e capaz pode e deve buscar a conservação da vida, o que deve ser feito a partir de seu próprio esforço. Todavia, nem sempre ele pode prover seu sustento com suas próprias forças, necessitando de ajuda de terceiros. É o que ocorre com o ser humano em desenvolvimento, desde a gravidez⁵ até o desenvolvimento

³ Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante, *Tratado de Direito Privado – Parte Especial – Direito de Família: Direito parental. Direito protectivo*, t. 9, Rio de Janeiro, Borsoi, 1955, p. 207.

⁴ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 15-16.

⁵ A Lei nº 11.804/08 instituiu no direito brasileiro os chamados *alimentos gravídicos*. Segundo seu artigo 1º, a lei “disciplina o direito de alimentos da mulher gestante e a forma como será exercido”. O artigo 2º, por seu turno, estabelece que os alimentos gravídicos devem compreender “os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológi-

completo, e em algumas situações especiais que lhe impedem, de forma excepcional, de obter os meios necessários à manutenção da vida.

É nesse ponto que o problema dos alimentos se faz presente, nas situações em que o ser humano é incapaz de prover o próprio sustento. Quando possível a própria manutenção, não existem maiores inconvenientes, basta que o indivíduo obtenha os recursos necessários a partir de seu trabalho. Quando não possível, contudo, surge um problema social e moral dos alimentos, na medida em que o dever de prestar auxílio ao próximo configura, antes de qualquer coisa, um dever moral humano, mas também um problema jurídico, uma vez que o direito fez a opção de estabelecer uma obrigação jurídica de prestar alimentos, elegendo uma, ou até mais pessoas, como responsável pelas prestações, compelindo-a ao pagamento por meios coercitivos e impondo-lhe sanções pelo inadimplemento.

Mas, afinal, quem é obrigado a prestar alimentos? CAHALI ensina, com base nas lições de Pelissier, que todos os homens são irmãos, devendo, conforme a lei natural, cada um auxiliar o outro na sua miséria. No entanto, esse dever de solidariedade é muito geral para a tutela jurídica. Dessa forma, o direito delimita o dever alimentar para um grupo restrito, o organismo em que esta solidariedade é mais expressiva, o agrupamento familiar. Em uma mesma família os seus membros são unidos por vínculos de afeição e de interesses fortes. Por isso, em todos os tempos e em todos os lugares, o legislador consagrou esta obrigação de mútuo auxílio familiar, a obri-

ca, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes”. Há importante discussão na doutrina brasileira sobre quem seria o efetivo titular desse direito, se a gestante ou o nascituro. Nesse sentido, CHINELATO, Silmara Juny de Abreu, *Alimentos Gravídicos e os Direitos do Nascituro*, in CHINELATO, Silmara Juny de Abreu – SIMÃO, José Fernando – FUJITA, Jorge Shiguemitsu – ZUCCHI, Maria Cristina (orgs.), *Direito de Família no Novo Milênio – Estudos em Homenagem ao Professor Álvaro Villaça de Azevedo*, São Paulo, Atlas, 2010, pp. 611-634.

gação alimentar típica. É simples compreender, portanto, a primeira e definitiva inserção do encargo alimentar no âmbito das relações familiares, pois o dever moral de prestação de socorro se transformou em obrigação jurídica de assistência. A lei acaba por consagrar a obrigação alimentar no seio das relações de família, na medida em que o seu fundamento se faz presente na solidariedade familiar.⁶

Outra não é lição de Caio Mário da Silva PEREIRA, para quem o indivíduo que não é capaz de prover a própria manutenção não é deixado à própria sorte, devendo a sociedade suprir-lhe as necessidades básicas mínimas, por meio de órgãos estatais ou particulares de assistência. Cabe ao Poder Público, nesse contexto, incrementar a assistência social, dentre outras medidas adequadas a tal finalidade, o que tem sido feito com intensidade. O direito, porém, não ignora a vinculação da pessoa necessitada com o seu próprio grupo familiar, chamando os parentes mais próximos para auxiliar-lhe materialmente, não como favor ou generosidade, mas como obrigação juridicamente exigível.⁷

Ou seja, tradicionalmente, o direito opta por estender o dever de prestar alimentos aos parentes mais próximos da pessoa necessitada. Entretanto, o Estado pode ser chamado para prestar auxílio material a quem não tiver parentes em condições de prestar alimentos. Tal papel passou a ser desempenhado pelo Poder Público, notadamente, com a teorização e o surgimento do Estado de bem estar social, no início do século XX, especialmente com o desenvolvimento do sistema de seguridade social.

A respeito da função do Estado de prestar assistência, Paulo LÔBO recorda que os alimentos eram inicialmente concebidos como imposição do dever de caridade, de piedade ou

⁶ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 31.

⁷ Cf. PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil – Direito de Família*, vol. 5, 20ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2012, p. 527.

de consciência, inserindo-se nos campos da moral e da religião. A grande família, da qual faziam parte muitos filhos e agregados, era praticamente a única segurança para quem não estivesse no mercado de trabalho, destacando o civilista a situação das crianças e dos idosos. No século XX, o Estado de bem estar social trouxe para si o problema das pessoas com necessidade materiais e impossibilitadas de prover o próprio sustento, especialmente com o desenvolvimento da seguridade social. Entendia-se que era uma questão de política pública garantir a assistência social, a saúde e a previdência social, a partir da arrecadação obtida com os agentes que exercem atividade econômica. Mas, ressalva o autor, o Estado não tinha, nem tem nos dias de hoje, condições de fornecer as condições materiais a todos os seus cidadãos necessitados, em especial a todas as crianças e adolescentes, continuando os parentes mais próximos a figurar como os responsáveis, em primeiro lugar, a assegurar-lhes o mínimo existencial para manutenção de suas vidas.⁸

Mencionou-se acima que, no plano jurídico, a palavra alimentos possui acepção plúrima. Ela pode representar a própria obrigação de prestar alimentos ou, então, os componentes da obrigação a ser prestada.

Quanto ao *conteúdo* dos alimentos, PONTES DE MIRANDA esclarece que a pensão alimentícia deve compreender tudo o que for necessário ao sustento, à habitação, à roupa (Ordenações Filipinas, Livro I, Título 88, § 15),⁹ ao tratamento de moléstias (Coelho da Rocha, Código Civil Português, I, 219) e, se menor o alimentando, às despesas de criação e educação (Ordenações Filipinas, Livro I, Título 88, § 15).¹⁰

⁸ Cf. LÔBO, Paulo, *Direito Civil – Famílias*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011, p. 372.

⁹ “Se alguns Órfãos forem filhos de taes pessoas, que não devam ser dadas por soldadas, o Juiz lhes ordenará o que lhes necessário for para seu mantimento, vestido e calçado, e tudo mais em cada hum anno. E mandará ensinar a lei e escrever aquelles, que forem para isso, até a idade de doze anos. E dahi em diante lhes ordenará sua vida e ensino, segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda”.

¹⁰ Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante, *Tratado de Direito Privado...* (nota 03 supra), p. 207.

Washington de Barros MONTEIRO, em contrapartida, diz que os alimentos devem compreender os gastos com alimentação propriamente dita, habitação, vestuário, diversões, tratamento médico, não fazendo qualquer restrição quanto a instrução e educação.¹¹

Algumas legislações buscam definir quais são os gastos que os alimentos devem compreender. O artigo 2.003 do Código Civil de Portugal,¹² por exemplo, faz referência às despesas com sustento, habitação e vestuário, incluindo as com instrução e educação para os menores. O artigo 142 do Código Civil da Espanha¹³ dispõe que a pensão alimentícia deve abranger tudo o que for indispensável para sustento, habitação, vestuário e assistência médica, além de instrução e educação para os menores ou para quem não tenha terminado a sua formação por causa que não lhe seja imputável. Já o artigo 203 do Código Civil da França,¹⁴ ao tratar do dever alimentar que nasce para os cônjuges a partir do casamento em relação aos seus filhos, usa as expressões alimentar, manter e educar.

O artigo 1.920 do Código Civil vigente,¹⁵ simples reprodução do texto do artigo 1.687 do Código Civil de 1916, ao tratar do legado de alimentos, elenca as despesas com sustento, cura, vestuário e casa, incluindo as com educação para os me-

¹¹ Cf. MONTEIRO, Washington de Barros, *Curso de Direito Civil...* (nota 02 supra), p. 522.

¹² “1. Por alimentos entende-se tudo o que é indispensável ao sustento, habitação e vestuário. 2. Os alimentos compreendem também a instrução e educação do alimentado no caso de este ser menor.”

¹³ “Se entiende por alimentos todo lo que es indispensable para el sustento, habitación, vestido y asistencia médica. Los alimentos comprenden también la educación e instrucción del alimentista mientras sea menor de edad y aun después cuando no haya terminado su formación por causa que no le sea imputable. Entre los alimentos se incluirán los gastos de embarazo y parto, en cuanto no estén cubiertos de otro modo.”

¹⁴ “Les époux contractent ensemble, par le fait seul du mariage, l'obligation de nourrir, entretenir et élever leurs enfants.”

¹⁵ Art. 1.920. O legado de alimentos abrange o sustento, a cura, o vestuário e a casa, enquanto o legatário viver, além da educação, se ele for menor.

nores. É importante ressaltar que não existe disposição similar no Subtítulo III (“Dos Alimentos”) do Título II (“Do Direito Patrimonial”) do Livro IV (“Do Direito de Família”), no qual o instituto dos alimentos é disciplinado de maneira mais sistemática no Código Civil de 2002. Nas demais referências aos alimentos no diploma legal, o instituto é abordado de forma superficial.

É possível concluir, como bem observa CAHALI, que não existe uma divergência relevante envolvendo as diferentes acepções da palavra alimentos, pois tudo se resolve no maior ou menor alcance do conteúdo das parcelas compreendidas na expressão, porém sem lhe alterar o conceito. As variações relacionadas, que não interferem na definição do instituto, interessam somente na classificação dos alimentos segunda a sua natureza e na verificação dos pressupostos objetivos dos alimentos a serem prestados.¹⁶

III. CLASSIFICAÇÕES DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

A doutrina classifica os alimentos de acordo com diversos critérios. Dois dos mais tradicionais e importantes serão expostos adiante.

Quanto à natureza, distinguem-se os alimentos *naturais* ou *necessários* e *civis* ou *côngruos*. PONTES DE MIRANDA assevera que os alimentos *naturais* são os estritamente exigidos para a manutenção da vida, ao passo que os alimentos *civis* são os que se taxam segundo os haveres do alimentante e a qualidade e situação do alimentado.¹⁷

Com base nessas lições, alguns autores, como Washington de Barros MONTEIRO e Caio Mário da Silva PEREIRA, preferem diferenciar essas espécies de alimentos a partir das des-

¹⁶ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 17.

¹⁷ Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante, *Tratado de Direito Privado...* (nota 03 supra), p. 207.

pesas que devem compreender. Dessa maneira, os alimentos naturais abrangeriam a alimentação propriamente dita, o vestuário, a habitação e os tratamentos com saúde. Já os alimentos civis atenderiam os gastos com educação, instrução e lazer.¹⁸ Tal distinção, com relação à extensão da obrigação alimentar, também pode ser encontrada, com clareza, no artigo 1.613 do Esboço de Código Civil de Teixeira de Freitas.¹⁹

O legislador brasileiro gosta e utiliza essa divisão em algumas passagens, como é possível notar na redação do *caput* do artigo 1.694 do Código Civil vigente, que trata dos alimentos “que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social”, e do § 2º do mesmo artigo, ao dispor que os alimentos “serão apenas os indispensáveis à subsistência”,²⁰ razão que por si só justifica o estudo dessa classificação.

Quanto à causa jurídica, ensina Yussef Said CAHALI que os alimentos podem decorrer da lei ou de uma atividade humana. São *legítimos* os alimentos devidos em razão de uma *obrigação legal*, o que compreende no direito brasileiro os alimentos decorrentes de vínculos de parentesco, matrimônio ou união estável. Somente os alimentos legítimos, os que decorrem de expressa disposição legal, inserem-se no âmbito do direito de família.

¹⁸ Cf. MONTEIRO, Washington de Barros, *Curso de Direito Civil...* (nota 02 supra), p. 522; e PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil...* (nota 07 supra), p. 527.

¹⁹ “Os alimentos são naturais ou civis. Nos alimentos naturais compreende-se unicamente o necessário para sustento, habitação e vestuário do alimentando, e para tratamento de enfermidades. Nos alimentos civis compreende-se o necessário para despesas de educação, se o alimentando for menor, e, se for maior, o necessário para um tratamento correspondente à qualidade de sua pessoa.”

²⁰ Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

De outro lado, tendo a atividade humana como causa, a obrigação alimentar deflui de ato de vontade ou de atos jurídicos. Os alimentos *voluntários* são aqueles que decorrem de uma declaração de vontade, *inter vivos* ou *causa mortis*, e são regulados pelo direito das obrigações ou das sucessões, a depender do negócio jurídico que lhes dá origem. Por fim, a obrigação alimentar decorrente de ato ilícito representa uma forma de indenização, de tal sorte que se enquadra no capítulo referente à responsabilidade civil.²¹

Essa segunda classificação também tem relevância, pois o presente estudo possui como objetivo analisar as causas de cessação do dever de prestar alimentos exclusivamente no âmbito do direito de família, entendidos como alimentos decorrentes de obrigação prevista em lei e submetidos a regras próprias.

IV. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Considerando a diversidade de causas jurídicas geradoras do direito a alimentos, uma parcela da doutrina defende que igualmente diferentes são as respectivas obrigações, seja na estrutura interna, seja na disciplina jurídica, o que impediria uma regulamentação unitária para todas. Em contrapartida, outra parte sustenta que essas dívidas são taxadas como alimentos não em virtude de sua causa, mas sim de sua destinação, que sempre é comum. Logo, os alimentos decorrentes das diferentes causas obedeceriam a um regime jurídico pelo menos parecido.

Yussef Said CAHALI, partindo do pressuposto dessa unicidade da destinação dos alimentos, entende que não seria possível a fragmentação do instituto em compartimentos estanques, influenciado por princípios autônomos e com uma regulamentação exclusiva e incomunicável. De acordo com o autor,

²¹ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 20-22.

se não se reconhece uma disciplina unitária para as obrigações alimentares resultantes de diversas causas, o que se mostra realmente inviável, admite-se, pelo menos, uma *certa migração normativa* entre os diversos ramos do direito, com fundamento na analogia justificada pela ideia de unicidade na destinação. Com base nisso, o civilista entende que é cabível o aproveitamento de algumas regras da obrigação legal de alimentos em matéria de obrigação alimentar resultante da atividade humana, mas o caminho contrário não seria permitido.²²

E outra não é a opinião de PONTES DE MIRANDA, ao asseverar que a pretensão a alimentos no direito de família não guarda relação com o direito das obrigações. Do dever legal de prestar alimentos deriva o direito a alimentos, pessoal, motivo pelo qual não cabe invocar por analogia regras próprias do direito das obrigações.²³

Feitas essas breves considerações, observa-se que o Código Civil Brasileiro de 2002 optou por trazer uma disciplina geral da obrigação alimentar no âmbito do direito de família. Tal regulamentação se encontra entre os artigos 1.694 e 1.710, que pertencem ao Subtítulo III (“Dos Alimentos”) do Título II (“Do Direito Patrimonial”) do Livro IV (“Do Direito de Família”) da Parte Especial. Ao contrário do que alguns autores pretendiam, a disciplina dos alimentos nesse campo foi feita de maneira conjunta, prevendo regras dos alimentos devidos entre parentes e aqueles pedidos entre cônjuges e companheiros. O tratamento englobado da matéria, contudo, acaba por provocar algumas dificuldades ao intérprete, como no tocante ao problema da irrenunciabilidade dos alimentos do cônjuge e do companheiro, questão esta que será enfrentada mais adiante.

Outros dispositivos espalhados pelo Código Civil vigente tratam da obrigação alimentar que se origina da atividade

²² Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 22-25.

²³ Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante, *Tratado de Direito Privado...* (nota 03 supra), p. 211.

humana, como o artigo 948, II, relativamente aos alimentos decorrentes de ato ilícito,²⁴ e o artigo 1.920, referente ao legado de alimentos em testamento.²⁵ Não existe uma disciplina geral para tais obrigações decorrentes da atividade humana, o que autoriza, em determinadas situações, a aplicação analógica de regras dos alimentos em direito de família.

Todavia, conforme já advertido, o presente trabalho tem a finalidade de analisar as causas de cessação do dever de prestar alimentos no campo do direito de família. Para tanto, a disciplina prevista entre os artigos 1.694 e 1.710 do Código Civil de 2002 constitui não só a principal fonte normativa para a busca de respostas para alguns dos problemas relativos ao término da obrigação alimentar, mas também o ponto de partida da análise.

V. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR NO DIREITO DE FAMÍLIA

Os alimentos no direito de família constituem dever legal, decorrem de expressa previsão em lei, ou seja, são alimentos legítimos, de acordo com a classificação quanto à natureza acima apresentada. Houve por bem o Código Civil de 2002 estipular a disciplina jurídica dos alimentos em direito de família de uma maneira global, prevendo em único Subtítulo as regras referentes à obrigação alimentar decorrente do parentesco e do casamento ou da união estável.

Nesse sentido, o *caput* do artigo 1.694 do Código Civil de 2002 faz referência ao direito aos alimentos dos parentes, dos cônjuges e dos companheiros. Zeno VELOSO sustenta que

²⁴ Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações:

I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família;

II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

²⁵ Vide nota 15 supra.

todas essas hipóteses têm como fundamento maior e comum o princípio da solidariedade familiar.²⁶

Embora não se negue a importância de tal princípio, certo é que a obrigação alimentar nas relações familiares pode defluir naturalmente de deveres especiais previstos em outras disposições legais. A opção legislativa por regular a matéria dos alimentos em direito de família de maneira abrangente não desnatura esses diferentes fundamentos e as características próprias de cada um desses casos. Passa-se ao exame de tais circunstâncias.

a) ALIMENTOS ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS: O DEVER DE MÚTUA ASSISTÊNCIA

Mencionou-se que o artigo 1.694 do Código Civil de 2002 regula o direito a alimentos dos parentes, dos cônjuges e dos companheiros, ao contrário do que estabelecia o artigo 396 do Código Civil de 1916,²⁷ que disciplinava somente os alimentos entre parentes. Apesar de existir restrição de tal natureza, isso não impedia o reconhecimento do direito a alimentos do cônjuge quando vigente o diploma antigo, fundando-se no dever conjugal de mútua assistência.

O artigo 1.566 do Código Civil de 2002 enumera os deveres conjugais, estabelecendo no seu inciso II o dever de mútua assistência entre os cônjuges.²⁸ Já o artigo 1.724, *caput*, do mesmo diploma legal especifica os deveres dos companheiros em união estável, prevendo igualmente o dever de assistência.²⁹ Entende-se que não existe qualquer distinção entre os dever

²⁶ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família. Alimentos. Bem de Família. União Estável. Tutela e Curatela – Artigos 1.694 a 1.783*, in AZEVEDO, Álvaro Villaça (coord.), *Código Civil Comentado*, vol. 17, São Paulo, Atlas, 2003, p. 15.

²⁷ Art. 396. De acordo com o prescrito neste capítulo podem os parentes exigir uns dos outros os alimentos, de que necessitem para subsistir.

²⁸ Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges: (...) III - mútua assistência;

²⁹ Art. 1.724. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.

conjugal de mútua assistência e o dever dos companheiros de assistência. Ambos traduzem exatamente o mesmo conteúdo jurídico.

O dever de mútua assistência envolve aspectos morais e materiais e constitui norma de ordem pública, ou seja, não pode ser afastado pela vontade das partes. A assistência moral diz respeito aos cuidados dispensados com a pessoa do cônjuge ou do companheiro, socialmente esperados por aqueles que se encontram unidos por laços de afetividade e amizade em seu grau mais elevado. Significa o conforto moral, o ombro amigo e o desvelo na doença, na tristeza e nas crises psicológicas e espirituais. Representa, ainda, o carinho, o apoio, o estímulo aos sucessos na vida emocional e profissional. A assistência material, por sua vez, tem relação com o provimento dos meios necessários para o sustento da família, de acordo com os rendimentos e as possibilidades econômicas de cada cônjuge ou companheiro. O descumprimento do dever de assistência, em seu aspecto material, converte-o em dever de alimentos, que pode ser exigido pelo outro cônjuge ou companheiro, desde que estejam preenchidos os requisitos legais. A pretensão aos alimentos pode ser exercida pelo cônjuge ou companheiro necessitado contra o outro, ainda quando não tenha havido separação de fato, embora seja situação pouco comum a convivência.³⁰

A existência do dever de mútua assistência está atrelada, como não poderia ser diferente, ao tempo de duração da sociedade conjugal ou da união estável. Em situação de normalidade, o cônjuge ou companheiro, não necessita pleitear a fixação de pensão alimentícia em juízo, pois as despesas de cada membro se misturam, há uma unidade do orçamento familiar. Nada impede, porém, que um pedido dessa natureza seja formulado na constância do casamento ou da união estável, com ambos vivendo sob o mesmo teto, embora isso por si só revele

³⁰ Cf. LÔBO, Paulo, *Direito Civi...* (nota 08 supra), p. 145-146.

a falência do projeto familiar. Nesse sentido decidiu a 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da Apelação nº 137/90, em 22 de maio de 1990.³¹

Com o término do casamento ou da união estável, podem ser convencionados os alimentos em acordo de divórcio ou de dissolução de união estável. Os alimentos também podem ser pleiteados pelo cônjuge ou companheiro, em demanda litigiosa, desde que não possua condições de provar o seu próprio sustento, o que deverá ser comprovado na ação judicial. Mesmo depois de decretado o divórcio ou declarada a dissolução da união estável, permanece a possibilidade de requerer alimentos do ex-marido ou do ex-companheiro, mas também com a exigência de comprovação da necessidade, como não poderia ser diferente. Nesse diapasão, o disposto nos artigos 1.702 e 1.704 do Código Civil de 2002.³²

b) ALIMENTOS PARA FILHOS MENORES: O DEVER DE SUSTENTO

Enquanto menores, os filhos estão sujeitos ao poder familiar, nos termos do artigo 1.630 do Código Civil de 2002.³³ Como consequência desse poder, os cônjuges e os companheiros, quando pais de menores, têm o dever de guarda, sustento e educação dos filhos, de acordo com os artigos 1.566, IV, e 1.724, ambos do diploma civilista.³⁴

³¹ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 16.

³² Art. 1.702. Na separação judicial litigiosa, sendo um dos cônjuges inocente e desprovido de recursos, prestar-lhe-á o outro a pensão alimentícia que o juiz fixar, obedecidos os critérios estabelecidos no art. 1.694.

Art. 1.704. Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, será o outro obrigado a prestá-los mediante pensão a ser fixada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial.

³³ Art. 1.630. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

³⁴ Não deixa de causar estranheza a opção legislativa do artigo 1.566, IV, do Código Civil de 2002, que nada mais é do que a reprodução do artigo 231, IV, do Código

Não obstante, o *caput* do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 determina que a família tem o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,³⁵ enquanto o artigo 229 da Carta Magna dispõe que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores,³⁶ de maneira que o dever de sustento dos pais possui proteção na esfera constitucional.

Quanto aos filhos menores e submetidos ao poder familiar, não há propriamente um direito autônomo de alimentos, mas sim uma obrigação genérica e mais ampla de assistência paterna, representada pelo dever de criação e sustento da prole. Aquele que detém o poder familiar, ainda que não tenha o usufruto dos bens do filho, é obrigado a sustentá-lo, mesmo sem auxílio das rendas do menor e ainda que estas sejam suficientes para suportar os encargos com alimentação. Independentemente do estado de necessidade dos filhos, essa obrigação permanece enquanto estes forem menores.³⁷

Disso decorre o entendimento da jurisprudência brasileira de que a necessidade dos filhos menores aos alimentos é

Civil de 1916, em estabelecer o dever de guarda, sustento e educação dos filhos do casal como um dever dos cônjuges na constância do casamento, dever este presente também no artigo 1.724 do Código Civil de 2002, que trata dos deveres dos companheiros durante a união estável. Tais deveres dizem respeito aos filhos do casal, não ao outro cônjuge ou ao companheiro, nem deixa de existir com o fim do casamento ou da união estável. Nesse sentido, dispõe o artigo 1.579 do Código Civil de 2002 que o divórcio “não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos”.

³⁵ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

³⁶ Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

³⁷ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 339-340.

presumida, não necessitando de prova em processo judicial, e de que os pais não se isentam da contribuição material diante de uma situação de precária condição econômica.³⁸

PONTES DE MIRANDA esclarece que existem duas obrigações alimentares distintas nas relações entre pais e filhos, uma inerente ao poder familiar, na qual o titular do poder tem o dever de prestar auxílio material, deixando de existir com o fim do poder familiar, e outra oriunda do parentesco em linha reta, onde o filho menor ou maior sem recursos para prover o próprio sustento pode pedir alimentos aos seus pais, terminando com a morte do alimentando ou com a impossibilidade dos alimentantes.³⁹ ZENO VELOSO explica que o dever de sustento, que compreende os alimentos, é consequência do poder familiar, pura e simplesmente, ao passo que a obrigação de prestar alimentos em sentido estrito, assunto do próximo subitem, é uma obrigação autônoma que tem como fundamento o parentesco em linha reta e pressupõe necessidade, carência ou indigência por que passa o reclamante.⁴⁰ E, por fim, convém acrescentar que a obrigação alimentar em sentido estrito é recíproca, uma característica ausente no dever de sustento.⁴¹

c) ALIMENTOS ENTRE PARENTES: A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM SENTIDO ESTRITO

Excluída a obrigação alimentos decorrente dos deveres de mútua assistência e de sustento, as demais hipóteses de ali-

³⁸ TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Mendes Pereira, Apelação Cível nº 0001334-40.2013.8.26.0123, julgada em 25 de maio de 2015; TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. Walter Barone, Apelação Cível nº 4004180-90.2013.8.26.0533, julgada em 22 de maio de 2015.

³⁹ Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante, *Tratado de Direito Privado...* (nota 03 supra), p. 230.

⁴⁰ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 19.

⁴¹ Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

mentos em direito de família podem ser chamados de obrigação alimentar em sentido estrito, usando a nomenclatura criada por ZENO VELOSO.⁴² Como explicado acima, elas se fundam no princípio da solidariedade familiar e encontram previsão legislativa no artigo 1.694 do Código Civil de 2002. Em todas as hipóteses aqui abrangidas, cabe ao requerente demonstrar a sua necessidade, ou seja, a impossibilidade de prover o próprio sustento, seja momentânea, seja permanente, e a possibilidade de quem se pleiteia a pensão alimentícia, em outros termos, a capacidade econômica de contribuir com o necessitado sem prejuízo de sua própria manutenção. É a ideia presente no artigo 1.695 do Código Civil vigente.⁴³

O artigo 1.697 do diploma civilista brasileiro estabelece uma ordem para que os alimentos sejam pedidos. Em primeiro lugar, são convocados os ascendentes do sujeito que passa por necessidade, respeitando-se os graus do parentesco. Caso a pessoa chamada não tenha condições de suportar totalmente o encargo, serão invocados os de grau imediato. É uma situação de responsabilidade subsidiária, pois é preciso demonstrar a impossibilidade da pessoa chamada em primeiro lugar em prestar os alimentos. Se o alimentando for idoso, será também caso de responsabilidade solidária, por força do artigo 12 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso).⁴⁴ Em segundo lugar, são convocados os descendentes, também com a regra de preferência por aqueles de grau mais próximo. Em terceiros lugar, na ausência de parentes em linha reta, são chamados os irmãos, germanos ou unilaterais. E esse é o limite para o pedido de alimentos, não é cabível requerer alimentos de um colateral de terceiro grau,

⁴² Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 17.

⁴³ Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

⁴⁴ Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

por exemplo. Trata-se de rol taxativo.⁴⁵

Como exposto acima, a obrigação alimentar em sentido estrito é recíproca, de tal modo que um descendente pode pedir alimentos ao ascendente ou o contrário. Essa é uma característica apontada no artigo 1.696 do Código Civil vigente.

VI. HIPÓTESES DE CESSAÇÃO (OU NÃO) DO DEVER DE PRESTAR ALIMENTOS

Uma vez apresentados os aspectos gerais da obrigação alimentar, as classificações mais importantes dos alimentos na doutrina, o panorama geral da matéria no Código Civil de 2002 e as peculiaridades da obrigação alimentar no direito de família brasileiro, passa-se a analisar propriamente as causas de cessação do dever de prestar alimentos no âmbito das relações jurídicas familiares.

Antes do exame das hipóteses que configurariam ou não a cessação dos alimentos, uma breve questão terminológica. Uma parcela da doutrina distingue os termos *cessação*, *extinção* e *exoneração*. É o que pensa Silmara Juny de Abreu CHINELLATO, cuja orientação é a de que a expressão *extinção* implica a negação peremptória aos alimentos, enquanto a dicção *cessação* não representaria a exclusão definitiva do direito a alimentos.⁴⁶

⁴⁵ Maria Berenice DIAS tem posição praticamente isolada na doutrina de que é possível estender o pedido de alimentos aos parentes colaterais até o quarto grau, em analogia à ordem de vocação hereditária, conforme os artigos 1.829 e 1.839 do Código Civil de 2002. Tal entendimento não merece prosperar, na medida em que o direito aos alimentos e o direito à herança possuem fundamentos distintos e o legislador se preocupou em elencar duas listas distintas, não havendo qualquer razão para essa aplicação analógica. Cf. DIAS, Maria Berenice, *Manual de Direito das Famílias*, 8ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011, p.542-543.

⁴⁶ Cf. CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu, *Parte Especial – Do Direito de Família – Filiação, Adoção, Poder Familiar; Regime de Bens (Comunhão universal, Comunhão parcial, Participação final nos aquestos, Separação); Alimentos; Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores (Arts. 1.591 a 1.710)*, in AZEVEDO, Antônio Junqueira de (org.), *Comentários ao Código Civil*, vol. 18, São Paulo,

Não se pretende aqui propor uma discussão a respeito da melhor expressão para a designação do término do dever de prestar alimentos. Acredita-se que é mais relevante o debate em torno da definitividade ou não dessa situação. Dessa forma, os termos cessação, extinção e exoneração, embora este último tenha maior relevo no aspecto processual, aqui serão usados como sinônimos. Não existe, *a priori*, preferência por um desses termos, ou mesmo motivos para justificar escolha de tal natureza.

Outra questão relevante diz respeito à previsão legal de causas de cessação desse dever. O Código Civil de 2002 cuida do assunto em alguns de seus dispositivos, como será tratado adiante. Contudo, o legislador brasileiro optou por não elencar as hipóteses em um rol, como se verifica em outras legislações. É o caso dos artigos 2.013 e 2.019 do Código Civil de Portugal⁴⁷ e dos artigos 150 e 152 do Código Civil Espanhol.⁴⁸ Isso,

Saraiva, 2004, p. 513.

⁴⁷ Artigo 1013.º (Cessação da obrigação alimentar)

1. A obrigação de prestar alimentos cessa:

- a) Pela morte do obrigado ou do alimentado;
- b) Quando aquele que os presta não possa continuar a prestá-los ou aquele que os recebe deixe de precisar deles;
- c) Quando o credor viole gravemente os seus deveres para com o obrigado.

2. A morte do obrigado ou a impossibilidade de este continuar a prestar alimentos não priva o alimentado de exercer o seu direito em relação a outros, igual ou sucessivamente onerados.

Artigo 1019.º (Cessação da obrigação alimentar)

Em todos os casos referidos nos artigos anteriores, cessa o direito a alimentos se o alimentado contrair novo casamento, iniciar união de facto ou se tornar indigno do benefício pelo seu comportamento moral.

⁴⁸ Artículo 150. La obligación de suministrar alimentos cesa con la muerte del obligado, aunque los prestase en cumplimiento de una sentencia firme.

Artículo 152. Cesará también la obligación de dar alimentos:

1. Por muerte del alimentista.
2. Cuando la fortuna del obligado a darlos se hubiere reducido hasta el punto de no poder satisfacerlos sin desatender sus propias necesidades y las de su familia.
3. Cuando el alimentista pueda ejercer un oficio, profesión o industria, o haya adquirido un destino o mejorado de fortuna, de suerte que no le sea necesaria la pensión alimenticia para su subsistencia.
4. Cuando el alimentista, sea o no heredero forzoso, hubiese cometido alguna falta

sem dúvidas, provoca uma maior dificuldade na identificação das causas de cessação da obrigação de prestar alimentos e justifica a análise de diversas situações.

a) MORTE DO ALIMENTANDO

Yussef Said CAHALI aduz que a característica fundamental do direito a alimentos é o seu caráter de *direito personalíssimo*, questão incontroversa na doutrina.⁴⁹ E uma das decorrências lógicas dessa característica é justamente que a morte do alimentando constitui causa de cessação do dever de prestar alimentos. Trata-se de constatação óbvia e não gera maiores debates na doutrina. Falecido o alimentando, interrompe-se imediatamente o dever de prestar alimentos. No máximo, admite-se a cobrança pelos sucessores do alimentando das prestações já vencidas, as quais, em tese, integram o espólio.

Nada impede, porém, que os sucessores do alimentando morto venham a pleitear alimentos do mesmo alimentante, mas por direito próprio. Aquela obrigação alimentar que existia é extinta de pleno direito, liberando o devedor de seu dever. Cui-da-se, portanto, de causa de cessação *definitiva* da obrigação alimentar.

Tal situação não encontra previsão no Código Civil vigente no Brasil, ao contrário dos Códigos de Portugal (artigo 2.013, 1, a) e da Espanha (artigo 152,1).

b) MORTE DO ALIMENTANTE

Por se tratar de obrigação personalíssima, em teoria, a morte do alimentante, de igual modo à morte do alimentando,

de las que dan lugar a la desheredación.

5. Cuando el alimentista sea descendiente del obligado a dar alimentos, y la necesidad de aquél provenga de mala conducta o de falta de aplicación al trabajo, mientras subsista esta causa.

⁴⁹ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 49-50.

deveria constituir causa de cessação da obrigação de prestar alimentos. Esse é a orientação presente no Código Civil Português (artigo 2.013, 1, a) e no Código Civil Espanhol (artigo 150). Outro não era o entendimento do Código Civil Brasileiro de 1916, na redação do artigo 402, pelo qual “A obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor”, e no Esboço de Código Civil de Teixeira de Freitas, no artigo 1.621, segundo o qual “Cessa a obrigação de prestar alimentos desde o dia em que falecer o que presta alimentos”.

Isso seria, em última hipótese, simples questão de simetria, na medida em que não há dúvida sobre o término do dever com o falecimento do credor dos alimentos. Pode o sucessor do alimentante, no máximo, ser acionado pelo alimentando, mas responderá por dever próprio e autônomo.

A regra da intransmissibilidade da obrigação alimentar era tradicional e pacífica no sistema jurídico brasileiro, até o advento da Lei nº 6.515/77 (Lei do Divórcio), com a seguinte previsão em seu artigo 23: “A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do artigo 1.796 do Código Civil”. O artigo 1.796 do Código Civil de 1916, por seu turno, dispunha que “A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido, mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube.”

Zeno VELOSO aponta que a matéria provocava grande controvérsia na doutrina e na jurisprudência, destacando três principais posições. Uma primeira corrente entendia que o artigo 1.723 da Lei de Divórcio em nada inovava no sistema brasileiro, prevendo apenas a possibilidade de habilitação de crédito relativo às prestações vencidas e não pagas, algo que já era admitido com tranquilidade. A segunda corrente sustentava o fim da regra da intransmissibilidade no sistema brasileiro, de forma que a obrigação de prestar alimentos seria transmitida aos herdeiros nos limites da herança recebida. A terceira e úl-

tima corrente defendia que a previsão do artigo 1.723 da Lei de Divórcio era uma exceção à regra da intransmissibilidade, aplicando-se somente ao cônjuge.⁵⁰

Não obstante, o legislador brasileiro optou por adotar a regra da transmissibilidade no Código Civil de 2002, na redação do artigo 1.700, segundo o qual “A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694.” Como curiosidade, convém acrescentar que o legislador fez a remissão a artigo de lei distinto, se comparada ao artigo 1.723 da Lei de Divórcio, não ressaltando a regra dos limites das dívidas contraídas pelo falecido, presente no artigo 1.997 da codificação vigente. Não se sabe, porém, se foi algo despercebido ou proposital.

A transmissibilidade, portanto, passou a ser a regra geral em matéria de alimentos no sistema brasileiro. Yussef Said CAHALI entende que, inexistindo qualquer dúvida sobre a possibilidade de pleitear do espólio os alimentos já vencidos e não pagos, a regra acima referida deve ser interpretada de maneira *razoável*, com o fim de evitar situações absurdas. Para que ocorra a transmissão, o autor afirma que a obrigação alimentar deve estar fixada em vida por acordo ou decisão judicial, reconhecida como obrigação efetiva do falecido no momento de sua morte. No máximo, seria possível a transmissão diante de uma ação de alimentos proposta enquanto vivo o alimentante. Logo, seria inadmissível interpretar o artigo 1.700 do Código Civil como a transmissão do “dever legal” de prestar alimentos, na sua potencialidade, não na sua atualidade, possibilitando a propositura de demanda contra os sucessores do alimentando depois de seu falecimento. Além disso, apesar da remissão a regra distinta, continua o herdeiro a responder nos limites da herança recebida,⁵¹ sob pena de responsabilização dos sucessores por dever ou dívida do *de cuius*, violando princípio geral do

⁵⁰ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 36-38.

⁵¹ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 79-80.

sistema. A questão, aliás, foi objeto de enunciado das Jornadas de Direito Civil.⁵²

Zeno VELOSO, por sua vez, entende que o artigo 1.700 do Código Civil de 2002 não pode ser recebido como preceito de força demolidora, que, de forma radical e absoluta, destrua a personalidade e a intransmissibilidade da obrigação alimentar. Sugere que seja o dispositivo aplicado somente quando o alimentando não for herdeiro do alimentante.⁵³

O Superior Tribunal de Justiça, responsável por unificar a aplicação da lei federal no território brasileiro, tem adotado *majoritariamente* o entendimento da CAHALI. Nesse diapasão, no Recurso Especial nº 1.130.742/DF, o relator, Ministro Luís Felipe Salomão, não admitiu a transmissão do dever jurídico abstrato de prestar alimentos, mas somente a propositura de ação contra o espólio quando a pensão alimentícia já fora fixada em vida.⁵⁴ De igual maneira, no julgamento do Recurso Especial nº 775.180/MT, que teve como relator o Ministro João Otávio de Noronha, entendeu-se que era inviável a transmissão ao espólio diante da ausência de condenação prévia ao pagamento de pensão alimentícia.⁵⁵

Na tentativa de unificar a interpretação sobre a matéria, é possível concluir que o dever abstrato de prestar alimentos não é transmitido aos herdeiros do alimentante falecido, de tal forma que a morte deste configura causa de cessação do dever alimentar *definitiva*. Por força de previsão legal, admite-se que os alimentos continuem a ser pagos pelo espólio, no limite da herança. Essa previsão legal tem por objetivo não abandonar o alimentando e provocar a sua miséria, durante a tramitação do

⁵² Enunciado 343 da III Jornada de Direito Civil: “Art. 1.700: A transmissibilidade da obrigação alimentar é limitada às forças da herança.”

⁵³ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 39-40.

⁵⁴ STJ, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Recurso Especial nº 1.130.742/DF, j. em 04.12.2012.

⁵⁵ STJ, 4ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Recurso Especial nº 775.180/MT, j. em 15.12.2009.

inventário.⁵⁶

c) INÉRCIA DO ALIMENTANDO

O artigo 404 do Código Civil de 1916 dispunha que “Pode-se deixar de exercer, mas não se pode renunciar o direito a alimentos.” Com redação bastante semelhante em sua primeira parte, o artigo 1.707 do Código Civil de 2002 estabelece que “Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.”

A irrenunciabilidade do direito a alimentos é uma de suas características, já que se trata de norma de ordem pública, não cabendo ao sujeito de direito renunciar previamente o seu direito a perceber alimentos em caso de necessidade. Essa renúncia seria nula.

A impossibilidade de renúncia, porém, diz respeito ao *direito a alimentos futuros*, podendo o interessado abrir mão e não exercer a pretensão de cobrar *verbas atrasadas*.⁵⁷ De igual modo, pode o alimentando celebrar acordo com o alimentante em execução de alimentos e transacionar parte dos valores que lhe são devidos, mas não pode transacionar quantos aos alimentos futuros. Além disso, o direito potestativo não está sujeito a prazo decadencial, enquanto as prestações vencidas se sujeitam ao prazo prescricional de dois anos previsto no artigo 206, § 2º, do Código Civil de 2002, contados da data em que o pagamento da prestação deveria ter sido feito, com ressalva, evidentemente, das causas de suspensão e interrupção da pres-

⁵⁶ Nesse sentido, o julgamento do Recurso Especial nº 1.010.963/MG, relatora Ministra Nancy Andrighi, com julgamento em 26 de junho de 2008, cuja ementa é parcialmente transcrita: “O espólio tem a obrigação de continuar prestando alimentos àquele a quem o falecido devia. Isso porque o alimentado e herdeiro não pode ficar à mercê do encerramento do inventário, considerada a morosidade inerente a tal procedimento e o caráter de necessidade intrínseco aos alimentos”.

⁵⁷ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 59.

crição. O prazo prescricional, no entanto, atinge somente a pretensão do titular do direito, o que não quer dizer que os valores não lhe sejam mais devidos. Tanto que não cabe repetição dos valores pagos a título de dívida prescrita.

A inércia do alimentando, portanto, não representa causa de cessação do dever de prestar alimentos. Ainda que estes não sejam pedidos, ou mesmo executados, o direito a alimentos futuros permanece inalterável, permanecendo inalterada a obrigação alimentar.

d) RENÚNCIA DO ALIMENTANDO

Embora o direito a alimentos futuros seja irrenunciável, em regra, a jurisprudência e a doutrina já admitiam, na vigência do Código Civil de 1916, a renúncia dos alimentos entre cônjuges. De acordo com essa orientação, apenas seriam irrenunciáveis os alimentos decorrentes do parentesco. Entretanto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal não foi o mesmo, resultando na edição da Súmula nº 379: “No acordo de desquite não se admite a renúncia aos alimentos, que poderão ser pleiteados ulteriormente, verificados os pressupostos legais.” Na própria Corte, houve a tentativa de revogação da Súmula nº 379, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 85.019/SP, mas ela foi mantida por decisão tomada pela maioria, com a ressalva de admissão da renúncia para a mulher que possuísse bens ou renda que lhe garantissem a subsistência.

Os tribunais estaduais, em sua maioria, ignoram o conteúdo da referida súmula e continuam a admitir a renúncia por parte do cônjuge em um acordo de separação, sem a possibilidade de pleiteá-los posteriormente. Nessa esteira, o Superior Tribunal de Justiça igualmente permite a renúncia feita pelo cônjuge ou pelo companheiro, desde que conste expressamente no acordo⁵⁸ e não seja feita na constância da união.⁵⁹

⁵⁸ STJ, 4ª Turma, Rel. Min. Raul Araújo, Agravo Regimental no Agravo nº

Como bem observa Zeno VELOSO, não faz sentido que um cônjuge, pessoa capaz, colocada em plano de igualdade com o outro cônjuge, no acordo de separação amigável a ser homologado perante o juiz, não tenha a possibilidade de renunciar aos alimentos, ainda que possua bens ou rendas suficientes para sua sobrevivência, manutenção e manutenção de padrão de vida digno, ficando o outro cônjuge sujeito a posterior ação alimentícia, com a perpetuação de um dever de mútua assistência em uma sociedade conjugal extinta.⁶⁰

Seguindo essa linha de raciocínio, e contrariando o conteúdo da Súmula nº 379 do Supremo Tribunal Federal, foi redigido o Enunciado nº 263 da I Jornada de Direito Civil: “Art. 1.707: O art. 1.707 do Código Civil não impede seja reconhecida válida e eficaz a renúncia manifestada por ocasião do divórcio (direto ou indireto) ou da dissolução da ‘união estável’. A irrenunciabilidade do direito a alimentos somente é admitida enquanto subsistir vínculo de Direito de Família.”

Assim, apesar da Súmula nº 379 do Supremo Tribunal Federal, pode-se concluir que a renúncia dos alimentos, em acordo de divórcio ou de dissolução de união estável, realizada por cônjuge ou companheiro, constitui causa de cessação *definitiva* do dever de prestar alimentos.

e) MAIORIDADE DO FILHO ALIMENTANDO

Mencionou-se que os alimentos devidos pelos pais aos filhos menores se funda no dever de sustento. Este dever é inerente ao poder familiar, exercido pelos pais, de tal sorte que seu termo coincidira com a extinção do poder familiar. Esse raciocínio, em tese, leva à conclusão de que a menoridade (ou a emancipação) liberaria os pais do dever de prestar alimentos.

1.044.922/SP, j. em 22.6.2010.

⁵⁹ STJ, Quarta Turma, Rel. Min. Raul Araújo, Recurso Especial nº 1.178.233/RJ, j. 6.11.2014.

⁶⁰ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 59-60.

Não é exatamente o que ocorre.

O entendimento da melhor doutrina, com repercussão na jurisprudência, se baseia na equidade e no princípio da solidariedade familiar, de forma que, mesmo cessado o dever de sustento com a maioridade, persiste a obrigação alimentar dos pais, como *espichamento* do poder familiar, caso o filho não possua bens e rendas para prover o seu sustento ou, em especial, para custear a sua educação e formação profissional. Esse posicionamento estava presente na vigência do Código Civil de 1916.⁶¹

Essa orientação é praticamente pacífica nos tribunais brasileiros, ficando os pais obrigados ao pagamento dos alimentos até que os seus filhos concluam curso superior ou completem vinte e quatro anos de idade. A eventual exoneração do pagamento da pensão não ocorre automaticamente e depende de prévio contraditório. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 358: “O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.” E, ainda, o contido no Enunciado nº 344 da IV Jornada de Direito Civil: “A obrigação alimentar originada do poder familiar, especialmente para atender às necessidades educacionais, pode não cessar com a maioridade.”

Logo, embora o dever de sustento, em tese, deixe de existir com a maioridade do filho alimentando, tal circunstância não autoriza a liberação do pagamento da pensão pelos pais. Na realidade, presumem a melhor doutrina e a jurisprudência que, após completar a maioridade, o filho alimentando necessita de alimentos. Ainda que tal circunstância seja usada como argumento em ação de exoneração para fundamentar o pedido, certamente não se trata de cessação do dever genérico de prestar alimentos, mas somente a ausência do requisito legal da necessidade aos alimentos. Tanto que, deferido o pedido

⁶¹ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 18.

liberatório, se o filho vier a necessitar posteriormente de alimentos, estes serão arbitrados pelo juiz.

f) FALÊNCIA DO ALIMENTANTE

Yussef Said CAHALI, ao tratar das “causas especiais de cessação da obrigação” de prestar alimentos, cogita da falência do devedor de alimentos.⁶² Não se trata propriamente de uma causa de cessação do dever de prestar alimentos, mas apenas de circunstância a ser analisada pelo juiz em eventual pedido de exoneração de alimentos, com influência direta sobre o requisito legal da possibilidade do alimentante. Para definir a manutenção ou não do pagamento de pensão alimentícia, seria uma situação tão relevante quanto a fortuna do alimentando ou a impossibilidade do alimentante trabalhar.

Tanto é verdade que não se cuida de mais uma causa de cessação da obrigação alimentar que, caso o alimentando seja o filho menor, ainda que o alimentante esteja falido, ou mais propriamente, que seja insolvente, mesmo assim deverão os pais contribuir com o auxílio material de seus filhos, como decorrência do dever de sustento e da necessidade presumida dos filhos menores, como exposto anteriormente.

g) ABANDONO VOLUNTÁRIO DA CASA PATERNA E ABANDONO DO LAR CONJUGAL

As duas situações são abordadas de maneira conjunta, pois se trata, na realidade, de um registro histórico. São circunstâncias que, evidentemente, não autorizam a cessação do dever de prestar alimentos no atual estágio de evolução do direito de família no Brasil, mas que permitiam a extinção antigamente.

Segundo Yussef Said CAHALI, no direito brasileiro pré-

⁶² Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 702-703.

codificado, “considerava-se cessada a obrigação de prestar alimentos, em relação aos pais, quando o filho tivesse abandonado sem justa causa a casa paterna, faltando àquelas com obséquios e respeito devidos; em relação aos irmãos legítimos, quando o alimentário tivesse se retirado da casa dos irmãos a quem os pede, ou quando se casasse sem licença dos pais comuns (Assento de 09.04.1772, §§ 2, 4 e 6).” Sem mencionar expressamente, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo adotou esse entendimento em 1962 (RT 328/283).⁶³

Nesse sentido, o artigo 101 do Esboço de Código Civil de Teixeira de Freitas: “Os filhos-famílias, e os filhos menores, não podem casar sem consentimento de seus pais, tutores ou curadores; e casando sem este consentimento, incorrem na pena de desherdação, e na privação do direito de pedir alimentos.”

Além do abandono da casa paterna, intimamente relacionado à discussão de culpa nos processos de desquite, separação e divórcio, o abandono do lar conjugal era apontado como causa de cessação do dever de prestar alimentos, segundo a jurisprudência.⁶⁴ Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 66 de 2010, a questão do abandono do lar pelo cônjuge se tornou uma velharia no sistema brasileiro.

h) CASAMENTO, UNIÃO ESTÁVEL OU CONCUBINATO DO ALIMENTANDO

A cessação do dever de prestar alimentos com base em casamento, união estável ou concubinato do credor de alimentos já se fazia presente na doutrina e na jurisprudência há muito

⁶³ Cf. CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos...* (nota 01 supra), p. 701-702.

⁶⁴ “ALIMENTOS – Ação proposta pela esposa – Defesa do marido baseada em abandono do lar – Acolhimento desta – Improcedência da ação.” (TJRJ, Sexta Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Claudio Vianna de Lima, julgado 19.8.1975) Cf. FRANÇA, Rubens Limongi (org.), *Jurisprudência dos Alimentos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1980, p. 82-85.

tempo. Essa possibilidade, inclusive, culminou na redação do artigo 29 da Lei nº 6.515/77 (Lei de Divórcio): “O novo casamento do cônjuge credor da pensão extinguirá a obrigação do cônjuge devedor”. De maneira semelhante, o artigo 2.019 do Código Civil de Portugal. O Código Civil de 2002, seguindo a tradição do direito brasileiro, prevê no artigo 1.708, *caput*, que: “Com o casamento, a união estável ou o concubinato do credor, cessa o dever de prestar alimentos.”

Nem poderia ser diferente. Zeno VELOSO sustenta que seria absurdo e até imoral exigir que o ex-cônjuge ou o ex-companheiro que paga pensão alimentícia tivesse o dever de continuar a sustentá-lo mesmo depois de estabelecer uma nova relação afetiva.⁶⁵ Com toda razão o mencionado autor, pois em novo casamento ou união estável o dever de mútua assistência passa a existir em relação a outra pessoa. Mas e o concubinato?

De fato, o concubinato não é disciplina por lei, inexistindo a previsão de um dever de assistência entre os concubinos. Para solucionar a questão, foi editado o Enunciado nº 265 da III Jornada: “Na hipótese de concubinato, haverá necessidade de demonstração da assistência material prestada pelo concubino a quem o credor de alimentos se uniu”. Esse enunciado é reputado como lógico e justo por Flávio TARTUCE. A simples existência de concubinato não tem o condão de gerar a extinção da obrigação alimentar, necessitando a prova de sustento por parte do concubino.⁶⁶

Discute-se na doutrina se o casamento, a união estável e o concubinato poderiam representar a extinção definitiva ou temporária do dever de prestar alimentos. Silmara Juny de Abreu CHINELATO afirma que não consegue defender peremptoriamente a extinção dos alimentos definitiva, com base no termo usado pelo legislador no artigo 1.708, *caput*, do Código

⁶⁵ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 64.

⁶⁶ Cf. TARTUCE, Flávio, *Direito Civil – Direito de Família*, vol. 5, 9ª ed., Rio de Janeiro, Forense – São Paulo, Método, 2014.

Civil, conforme exposto anteriormente.⁶⁷ Zeno VELOSO, por sua vez, sustenta que a perda do direito a alimentos é definitiva,⁶⁸ mais uma vez com razão. É inaceitável que o credor de alimentos possa, a seu bel prazer, após ter estabelecido novos relacionamentos afetivos, escolher a quem demandar alimentos. Tal situação poderia até mesmo favorecer duplicidade de pensões fixadas, o que seria totalmente inconveniente. Além disso, haveria uma situação de incerteza e insegurança ao ex-marido ou ex-companheiro do alimentando, que poderia ser acionado a qualquer momento.

Não restam dúvidas de que o novo casamento, união estável ou concubinato do credor, desde que comprovada a assistência material, constituem causas de cessação do dever de prestar alimentos, de maneira *definitiva*.

i) CASAMENTO DO ALIMENTANTE

O artigo 1.709 do Código Civil de 2002 estabelece que “O novo casamento do cônjuge devedor não extingue a obrigação constante da sentença de divórcio.” Sem maior dificuldade, é possível deduzir que a união estável e o concubinato também não permitem a cessação do dever de prestar alimentos. Isso é óbvio, pois o alimentando não pode ficar sujeito aos novos relacionamentos afetivos do alimentante. Além disso, o entendimento favoreceria a prática de inúmeras fraudes.

j) PROCEDIMENTO INDIGNO DO ALIMENTANDO

O Parágrafo único do artigo 1.708 do Código Civil de 2002 estipula que “Com relação ao credor cessa, também, o direito a alimentos, se tiver procedimento indigno em relação

⁶⁷ Cf. CHINELATO, Silmara Juny de Abreu, *Parte Especial ...* (nota 46 supra), 2004, p. 513.

⁶⁸ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 65.

ao devedor.” No Código Civil de 1916, não existia disposição similar. Encontram-se nas legislações estrangeiras previsões semelhantes, como o artigo 2.019 do Código Civil de Portugal e o artigo 152, 4, do Código Civil da Espanha.

Mas, afinal, o que significa procedimento indigno? Antes de enfrentar o problema propriamente, é preciso enfrentar uma jurisprudência rançosa com o intuito de demonstrar o que não configura procedimento indigno. Zeno VELOSO destaca que, após a dissolução da sociedade conjugal ou a extinção do casamento, a sociedade não se importa se o homem separado se envolve em novos relacionamentos amorosos. Na verdade, o homem passa a ser admirado e incentivado. Em contrapartida, a mulher separada, caso apareça em público junto a outro homem, é rejeitada por setores conservadores, ofendida e acusada de adotar comportamento imoral. Uma situação injusta, retrógrada e que não se coaduna diante do princípio constitucional da igualdade.⁶⁹

Permeada por tal preconceito, a jurisprudência dos tribunais brasileiros tinha o hábito de liberar o ex-marido de prestar os alimentos de que a ex-mulher necessitava com base em qualquer relacionamento afetivo, ainda que efêmero, que ela mantivesse. Com isso, a mulher tinha a sua liberdade sexual e de manter novos relacionamentos afetivos praticamente tolhida. Não obstante, tinha a sua privacidade e intimidade violada pelo ex-marido, que se tornava praticamente um fiscal de sua vida, ameaçando-a constantemente de cortar a pensão alimentícia. Tal orientação esteve presente, por exemplo, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 65.300 pelo Supremo Tribunal Federal, quando exonerado o marido de prestar os alimentos à mulher desquitada, independentemente de prova sobre a existência de concubinato.⁷⁰ O mesmo Zeno VELOSO destaca que o

⁶⁹ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 67.

⁷⁰ STF, Segunda Turma, Rel. Min. Eloy da Rocha, Recurso Extraordinário nº 65.300, j. em 21.2.1972. Cf. FRANÇA, Rubens Limongi (org.), *Jurisprudência dos Alimentos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1980, p. 77-82.

entendimento de alguns autores, com repercussão nos tribunais, era de que o dever conjugal de fidelidade, após o desquite do casal, permanecia em relação à mulher, mas não ao homem,⁷¹ sem qualquer razão, mesmo à época, pois tal dever se extinguia com o fim da sociedade conjugal.

Essa orientação, felizmente, foi superada pelos tribunais brasileiros. O julgamento do Recurso Especial nº 21.697/SP, em 14 de junho de 1993, pelo Superior Tribunal de Justiça, é apontado como um marco da mudança de entendimento. A Corte entendeu que não autorizava a exoneração do ex-marido o fato de a ex-mulher ter dado à luz um filho fruto de um relacionamento sexual esporádico, mantido após a separação do casal.⁷²

Em síntese, não configura procedimento indigno do credor em relação ao devedor o mero exercício de sua liberdade sexual e afetiva, após terminado o casamento ou a união estável. Orientação em sentido contrário significaria reviver uma jurisprudência retrógrada e até mesmo carregada de preconceito. A liberação do devedor de alimentos só ocorre caso o credor contraia novo casamento, união estável ou concubinato, desde que seja provada neste último caso a assistência material.

Superada essa questão, o que vem a ser, então, o procedimento indigno do credor em relação ao devedor de alimentos? Flávio TARTUCE explica que se trata de uma cláusula geral, um conceito indeterminado e ser preenchido pelo intérprete no caso concreto.⁷³ De fato, a vagueza da expressão escolhida pelo legislador dá ao aplicador da norma uma maior margem de liberdade.

Giselda Maria Fernandes Novaes HIRONAKA, em trabalho específico a respeito do procedimento indigno em matéria alimentar, propõe uma interpretação restritiva do termo, apli-

⁷¹ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 67.

⁷² STJ, Quarta Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Recurso Especial nº 21697/SP, julgado em 14.6.1993.

⁷³ Cf. TARTUCE, Flávio, *Direito Civil – Direito de Família...* (nota 66 supra), p. 516.

cando-se por analogia as hipóteses de indignidade e de deserdação previstas nos artigos 1.814, 1.962 e 1.963 do Código Civil⁷⁴, relativos à indignidade e à deserdação em direito das sucessões, sem prejuízo de outras violências possíveis.⁷⁵

Entretanto, não aparenta ser a melhor solução para o problema. Inicialmente, é de se ressaltar que o legislador brasileiro não optou por arrolar no Parágrafo único do artigo 1.708 do Código Civil de 2002 as situações que configurariam procedimento indigno por parte do credor de alimentos. Preferiu usar a técnica legislativa do conceito indeterminado, fornecendo ao intérprete da norma maior liberdade, garantindo a aplicação da norma por um período maior e possibilitando a adaptação do dispositivo a novas circunstâncias, ao contrário do que fez nos artigos 1.814, 1.962 e 1.963. Não obstante, o legislador não fez qualquer remissão ao rol destes artigos, todos relativos ao direito das sucessões. Por fim, as hipóteses previstas nos menciona-

⁷⁴ Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Art. 1.962. Além das causas mencionadas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

I - ofensa física;

II - injúria grave;

III - relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto;

IV - desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

Art. 1.963. Além das causas enumeradas no art. 1.814, autorizam a deserdação dos ascendentes pelos descendentes:

I - ofensa física;

II - injúria grave;

III - relações ilícitas com a mulher ou companheira do filho ou a do neto, ou com o marido ou companheiro da filha ou o da neta;

IV - desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade.

⁷⁵ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes, *A indignidade como causa de escusabilidade do dever de alimentar*, in Revista do Advogado 98 (2008), p. 104-105.

dos dispositivos, na prática, são excepcionais e raras, o que pode significar reduzir a aplicação do Parágrafo único do artigo 1.708 do Código Civil a praticamente nada, especialmente quando for necessária a condenação com trânsito em julgado no juízo penal.

Por todas essas razões, a preferência pela orientação extensiva de Zeno VELOSO, que se adota por mais uma vez: “O procedimento indigno tem de ser verificado, no caso concreto, pelo juiz. Para incidir na pena civil, o credor de alimentos terá descumprido deveres morais, éticos e jurídicos. Por exemplo: leva vida desregrada, viciando-se no jogo, tóxicos ou bebidas alcoólicas; dedica-se à prostituição; abandona materialmente, agride fisicamente ou injúria gravemente o devedor de alimentos, seu cônjuge, companheiro ou parentes próximos”.⁷⁶ O procedimento indigno previsto no Parágrafo único do artigo 1.708 do Código Civil, assim, seria um termo mais abrangente, não se limitando às situações previstas nos artigos 1.814, 1.962 e 1.963 do mesmo diploma legal, embora não se negue a possibilidade de configuração do procedimento indigno em alguma dessas hipóteses. Seria absurdo concluir, por exemplo, que uma tentativa de homicídio do devedor de alimentos praticada pelo credor não configuraria o procedimento indigno.⁷⁷

De todo o exposto, conclui-se que o procedimento indigno do devedor, cláusula indeterminada a ser analisada caso a caso, por expressa previsão legal, constitui causa de cessação definitiva do dever de prestar alimentos.⁷⁸

⁷⁶ Cf. VELOSO, Zeno, *Direito de Família...* (nota 26 supra), p. 65.

⁷⁷ A respeito da aplicação das hipóteses do artigo 1.814 do Código Civil, foi editado o Enunciado nº 264 da III Jornada de Direito Civil: Art. 1.708: “Na interpretação do que seja procedimento indigno do credor, apto a fazer cessar o direito a alimentos, aplicam-se, por analogia, as hipóteses dos incs. I e II do art. 1.814 do Código Civil.

⁷⁸ O procedimento indigno também pode justificar a redução da pensão alimentícia, segundo o Enunciado nº 345 da IV Jornada de Direito Civil: O “procedimento indigno” do credor em relação ao devedor, previsto no parágrafo único do art. 1.708 do Código Civil, pode ensejar a exoneração ou apenas a redução do valor da pensão alimentícia para quantia indispensável à sobrevivência do credor.

VII. CONCLUSÃO

Com a análise de algumas das principais situações apontadas pela doutrina e pela jurisprudência a respeito da cessação do dever de prestar alimentos, no âmbito do direito de família, não se pretende esgotar o tema, mas fornecer uma modesta contribuição com a sistematização da matéria.

Pode-se concluir, a partir do caminho percorrido, que a morte do alimentando e do alimentante; a renúncia do cônjuge aos alimentos em acordo de divórcio ou de dissolução de união estável; o casamento, a união estável e o concubinato, desde que comprovada a assistência material, do credor de alimentos; e o procedimento indigno constituem causas de cessação definitivas do dever de prestar alimentos no sistema brasileiro.



BIBLIOGRAFIA

- CAHALI, Yussef Said, *Dos Alimentos*, 6º ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009.
- CHINELATO, Silmara Juny de Abreu, *Alimentos Gravídicos e os Direitos do Nascituro*, in CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu – SIMÃO, José Fernando – FUJITA, Jorge Shiguemitsu – ZUCCHI, Maria Cristina (orgs.), *Direito de Família no Novo Milênio – Estudos em Homenagem ao Professor Álvaro Villaça de Azevedo*, São Paulo, Atlas, 2010, p. 611-634.
- CHINELATO, Silmara Juny de Abreu, *Parte Especial – Do Direito de Família – Filiação, Adoção, Poder Familiar; Regime de Bens (Comunhão universal, Comunhão par-*

- cial, Participação final nos aquestos, Separação*); *Alimentos; Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores (Arts. 1.591 a 1.710)*, in AZEVEDO, Antônio Junqueira de (org.), *Comentários ao Código Civil*, vol. 18, São Paulo, Saraiva, 2004.
- DIAS, Maria Berenice, *Manual de Direito das Famílias*, 6ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.
- FRANÇA, Rubens Limongi (org.), *Jurisprudência dos Alimentos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1980.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes, *A indignidade como causa de escusabilidade do dever de alimentar*, in *Revista do Advogado* 98 (2008), p. 101-110.
- LÔBO, Paulo, *Direito Civil – Famílias*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011.
- MONTEIRO, Washington de Barros, *Curso de Direito Civil – Direito de Família*, vol. 2, 41ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011,
- PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil – Direito de Família*, vol. 5, 20ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2012.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de Direito Privado – Parte Especial – Direito de Família: Direito parental. Direito protectivo*, t. 9, Rio de Janeiro, Borsoi, 1955.
- TARTUCE, Flávio, *Direito Civil – Direito de Família*, vol. 5, 9ª ed., Rio de Janeiro, Forense – São Paulo, Método, 2014.
- VELOSO, Zeno, *Direito de Família. Alimentos. Bem de Família. União Estável. Tutela e Curatela – Artigos 1.694 a 1.783*, in AZEVEDO, Álvaro Villaça (coord.), *Código Civil Comentado*, vol. 17, São Paulo, Atlas, 2003.